

Reunião Nacional das Aldeias Comunais

26/3/80 N. 1/2

ECONOMIA E ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS EM DISCUSSÃO NA SESSÃO DE ONTEM

GAZA, 25 (Do nosso enviado) — Com a discussão em grupos dos temas anteontem apresentados, nomeadamente a organização dos órgãos de direcção, situação económica e financeira e aspectos sociais e culturais, prosseguiram no dia de ontem na Aldeia Comunal «3 de Fevereiro», em Gaza, os trabalhos da Primeira Reunião Nacional das Aldeias Comunais.

O documento sobre a organização dos órgãos de direcção preconiza que no processo de consolidação das actuais aldeias comunais deverá prestar-se atenção especial à sua organização interna e aos seus diferentes graus de evolução, por forma a que atinjam rapidamente as condições de aldeia comunal tal como a define o Partido FRELIMO.

Numa das sessões do Comité Central, o Partido FRELIMO definiu que as aldeias comunais deverão possuir um órgão do Partido, das Organizações Democráticas de Massas, Assembleia de

Localidade, Conselho Executivo, Tribunal Popular, órgãos de Ordem e Segurança, sendo fundamental que a produção seja desenvolvida em moldes socialistas.

Apresentado exaustivamente pelo Ministro de Estado na Presidência o documento sublinha particularmente a questão do poder, onde se salienta que nenhuma comunidade vive sem organização. *Onde as funções de cada um não estão claramente definidas, ninguém sabe o que faz e o que deve fazer,* disse aquele responsável.

Encarregue pela comissão para as questões políticas e organizativas para apresentar o tema, o Ministro José Oscar Monteiro definiu as linhas gerais que se pretendem seguir na discussão do referido documento, tendo recordado que as aldeias comunais são um dos pilares do nosso desenvolvimento no campo. *Elas são — disse — uma garantia da realidade do nosso poder.*

O Secretário do Comité Central para a Organização do Partido e Ministro de Estado na Presidência disse que na fase actual, a Comissão Nacional das Aldeias Comunais ainda não corresponde a um Ministério de Desenvolvimento Rural. Por essa razão, as tarefas referentes ao desenvolvimento destas comunidades rurais de tipo novo encontram-se contidas nos programas de cada Ministério do nosso País.

Conforme acentuou aquele membro da direcção do nosso Partido e Estado, cabe à Comissão Nacional das Aldeias Comunais coordenar e assegurar a execução dessas actividades.

QUESTÕES ECONÓMICAS E FINANCEIRAS

Sobre questões económicas e financeiras, o Ministro dos Transportes e Comunicações, José Luís Cabaco, que após ter apresentado anteontem

as linhas gerais do documento, presidiu ontem às discussões deste importante tema, precisou que o desenvolvimento rural deve assentar na socialização do campo.

Ao definir os objectivos da produção, o plano Estatal Central deve ter em conta a iniciativa criadora das aldeias comunais, incluindo, por outro lado, os recursos necessários, ao mesmo tempo que deverá exigir responsabilidades às estruturas responsáveis pelo apoio e desenvolvimento da aldeia.

O documento sobre questões económicas e financeiras das aldeias comunais está dividido em quatro capítulos fundamentais, nomeadamente a organização socialista da produção, a comercialização, o sector familiar de produção e o apoio do Estado.

Sublinhando que o apoio do Estado no desenvolvimento rural assume particular importância, o documento acres-

(Continuado da pág. 6)

26/3/80 N 2/2

REUNIÃO NACIONAL DAS ALDEIAS COMUNAIS

(Continuado da primeira pág.)

centa que os programas de desenvolvimento devem ser apoiados por uma política de crédito, subsídios e atribuições orçamentais adequadas as realidades destas nossas unidades territoriais no campo.

PROBLEMAS SÓCIO-CULTURAIS

Por seu turno, o Ministro da Indústria e Energia, Júlio Carrilho, interveio também nestes trabalhos para apresen-

tar o último dos três principais temas em discussão: os aspectos sociais e culturais das aldeias comunais.

Aquele responsável disse sobre este assunto, que a aldeia comunal permite transformar a natureza, permite resolver os problemas materiais e, permite também, criar uma nova mentalidade.

Outras manifestações sócio-culturais apontadas pelo Ministro Júlio Carrilho são as que se referem a problemas que as populações ainda enfrentam hoje, nomeadamente o lobolo, superstição, poligamia e outros.